



PANORAMA DOS CONFLITOS NO CAMPO NA REGIÃO DA AMACRO (AMAZÔNIA OCIDENTAL)¹

OVERVIEW OF RURAL CONFLICTS IN THE AMACRO REGION (WESTERN AMAZON)

PANORAMA DE LOS CONFLICTOS RURALES EN LA REGIÓN DE AMACRO (AMAZONÍA OCCIDENTAL)

Ricardo Gilson da Costa Silva²

Tainá Sarmento Leão³

Resumo

O texto analisa os conflitos agrários na emergente região denominada de Amacro, formada na Amazônia Ocidental, cujo espaço rural está em disputa,

1Resumo apresentado ao GT 10 Segurança Pública, Criminalidade e Políticas de Prevenção, no VI Congresso Internacional DHJUS – Futuros Possíveis. Programa de Doutorado e Mestrado Profissional Interdisciplinar em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça.

2 Professor da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Docente do Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça (DHJUS/UNIR). Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Coordenador do Grupo de Pesquisa em Gestão do Território e Geografia Agrária da Amazônia (GTGA/CNPq: <https://gtga.unir.br/homepage>). E-mail: rgilson@unir.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0211130944560194>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3348-9629>

3 Graduanda em Geografia (UNIR). Bolsista PIBIC/DHJUS/UNIR. E-mail: sarmentoleotaina@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5667858161302792>



compondo um quadro agrário de intensos conflitos que atingem os povos amazônicos, os territórios tradicionais e assentamentos rurais, a sociobiodiversidade, com práticas de violações de direitos humanos. Como procedimentos metodológicos, a pesquisa é de natureza qualitativa, com trabalho de campo, análise documental e cartografia temática. Especialmente, trabalha-se com os dados de conflitos no campo de 2024 produzidos pela Comissão Pastoral da Terra – CPT. As conclusões parciais indicam que a região está no centro de expansão agropecuária, o que tem resultado em crimes ambientais, conflitos sociais e violações de direitos para com os sujeitos sociais que vivem nos territórios protegidos.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Conflitos Agrários; Amacro.

INTRODUÇÃO

A Amazônia brasileira apresenta muitos atributos que a qualificam como grande região de proteção à sociobiodiversidade, reunindo a população humana na relação indissociável com a natureza, fruto de experiências seculares de vivências, sobrevivências e adaptabilidades do ser humano com os limites e possibilidades da natureza.

Há, contudo, a ruptura desse processo ensejado na economia que transforma a natureza em recursos naturais, produzindo novas mercadorias que ascendem os circuitos econômicos nacionais, consignado na exploração florestal,



mineração e garimpos, monoculturas de soja e milho, na expansão da pecuária, caracterizando-a como região emergente do neoextrativismo global (Svampa, 2019; Costa Silva, 2024).

Essas duas dimensões socioeconômicas e territoriais, dentre outras igualmente importantes, colidem em lógicas territoriais, no sentido do uso do território. Nos processos sociais, normalmente cristalizam-se os conflitos por terra e território, onde a territorialidade dos povos amazônicos e das comunidades rurais afirmam-se na preservação dos assentamentos rurais e territórios tradicionais. A lógica do capital, do neoextrativismo global, busca a desterritorialização das formas de vida social e biológica dos territórios protegidos, transformando a natureza em espaço de commodities.

O texto analisa os conflitos agrários na emergente região denominada de AMACRO, formada na Amazônia Ocidental, cujo espaço rural está em disputa, compondo um quadro agrário de intensos conflitos que atingem os povos amazônicos, os territórios tradicionais e assentamentos rurais, a sociobiodiversidade, com práticas de violações de direitos humanos.

Como procedimentos metodológicos, a pesquisa em andamento é de natureza qualitativa, com trabalho de campo, análise documental e cartografia temática da região de estudo. Especialmente, trabalha-se com os dados de conflitos no campo de 2024 produzidos pela Comissão Pastoral da Terra – CPT, anualmente publicados na revista *Conflitos no Campo Brasil* (CPT, 2025), os quais são



organizados em base de dados trabalhados em software de geoprocessamento e cartografia temática.

AMACRO: expansão agropecuária e impactos ambientais

A região Amacro, formada pelas siglas dos estados do Amazonas (sul), Acre (leste) e Rondônia (norte), na Amazônia Sul-Occidental, tem se destacado nos últimos anos, infelizmente, como uma das áreas mais intensas de expansão agropecuária, desmatamento e de conflitos no campo (Chagas, 2025; Vidal; Oliveira Neto, 2023).

Em 2021, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM publicou o documento referencial que designava a região como "Zona de Desenvolvimento Sustentável dos estados do Amazonas, Acre e Rondônia – AMACRO", apresentando objetivos ambiciosos para "promover o desenvolvimento sustentável por meio de ações sistêmicas, multissetoriais e integradas, envolvendo os setores públicos, privados e a sociedade civil organizada" (SUDAM, 2021, p.14). Trata-se de uma região que ocupa 11% do bioma Amazônico, e desde 1985 perdeu 7 milhões de hectares de vegetação nativa, principalmente, em função da expansão das pastagens (MAPBIOMAS, 2025).

A área de abrangência da Amacro é constituída por 32 municípios que abarcam 458.116 km², com uma população de 1.545.020 habitantes (IBGE, 2022). Nesta região, os espaços institucionalizados em Unidades de Conservação, Terras Indígenas e Assentamentos Rurais correspondem a 390 unidades territoriais. As



UC's e TI's somam 135 territórios protegidos, representam 56% da área da Amacro, enquanto os assentamentos abrangem 31% da área em 255 unidades territoriais. Significa, pois, que a área total de territórios protegidos e de territórios do campesinato correspondem a 87,73% da Amacro (SUDAM, 2021).

Todo esse conjunto de territórios está em disputas no âmbito do revigoramento de fronteiras agropecuárias e consequente desmatamento na Amazônia Ocidental (MAPBIOMAS, 2025; Vidal; Oliveira Neto, 2023), que tende a desestabilizar o ordenamento territorial, dada a inação e/ou omissão do Estado (Chagas, 2025). Adicionam-se as práticas ilegais de agrobandidagem, sendo esta uma das estratégias das forças políticas do neoextrativismo para impor a abertura de novas áreas agrícolas na região (Costa Silva, 2024).

A evolução do desmatamento na Amacro é um dos indicadores dos impactos ambientais e territoriais, visto atingir os territórios protegidos, locais de experiências das comunidades tradicionais, dos povos indígenas e do campesinato regional. Em período recente, a partir de 2019, o desmatamento disparou na região, considerando as expectativas de abertura de fronteira agrícola, ampliando as pressões de terras a partir de fluxos migratórios seletivos oriundos de Rondônia. Conforme estudos de Stefanny Martins et al. (2025), no período de 2019 a 2023, a evolução do desmatamento atingiu um total de 1.301.904,33 hectares. Embora a Amacro tenha 32 municípios, somente cinco municípios (Lábrea, Porto Velho, Apuí, Novo Aripuanã e Boca do Acre) foram responsáveis por 54,94% do total desmatado no período, o que demonstra a intensidade da fronteira agrícola no sul do Amazonas, com pressão a partir de Porto Velho.



Conflitos Agrários e direitos humanos na Amacro

Os dados recentes do Conflitos no Campo Brasil (CPT, 2025) trazem o seguinte quadro para a região Amacro: os Conflitos por Terra apresentaram 185 registros; foi expressivo o número de pessoas resgatadas em situação de Trabalho Escravo, crescendo de 16 resgates em 2023 para 54 em 2024. Houve diminuição significativa na Violência contra a Pessoa, decaindo de 218 casos em 2023 para 73 em 2024.

A situação de conflitos agrários e de degradação da vida humana nos remete às proposições de Ianni (1981), quando examina as transformações na Amazônia a partir de 1964, objeto de intervenção da ditadura militar em associação com o capital nacional e internacional. O autor destaca as questões centrais que redefinem as relações políticas na região, destacando a *i)* geopolítica e desenvolvimento extensivo do capitalismo, *ii)* acumulação primitiva e luta pela terra, *iii)* ditadura e fronteira (Ianni, 1981, p. 131). Ressalta-se que o "desenvolvimento econômico" foi imposto em situação de ditadura militar, sendo a Amazônia um laboratório de tristes políticas públicas que sacrificaram vidas, natureza e territórios dos povos amazônicos, conformando na atualidade um léxico social que remete à Amazônia como espaço de estranhamentos à natureza, sendo estético o crescimento econômico na destruição do meio ambiente e dos territórios protegidos (Unidades de Conservação, Terras Indígenas, Terras Quilombolas). Passados quatro décadas dessas reflexões, esse processo se reproduz, agora na fragilização dos direitos ambientais, nos direitos territoriais e nas violações de direitos humanos cartografados nos conflitos no campo.



A região Amacro evidencia as contradições no âmbito do Estado, na formulação de políticas econômicas neoextrativas que colidem com políticas ambientais e de ordenamento territorial, estas centradas na perspectiva de desenvolvimento sustentável.

Para Afonso Chagas (2025), a violência tem traço estrutural, de imposição do capital e do Estado nos processos de expansão de fronteiras, concentração de terras e apropriação de terras públicas onde os sujeitos sociais são vilipendiados em seus direitos de posse (posseiros) e direitos territoriais (povos indígenas e comunidades tradicionais), fabricando nas relações sociais a tese de "insegurança jurídica", que abre campo para o racismo fundiário e rejeição ao direito à proteção da natureza e aos territórios tradicionais. Percebe-se a correspondência do deslocamento da fronteira em direção aos territórios protegidos e assentamentos rurais, que tem gerado o aumento da violência por terra e territórios, processo já indicado como central nas relações sociais na Amazônia (Ianni, 1981).

Considerações Finais

O processo de expansão da fronteira agrícola, associado ao avanço da pecuária e da grilagem de terras públicas, tem provocado significativas transformações territoriais e socioambientais na Amazônia Sul-Occidental. Nesse contexto, os conflitos agrários emergem como expressão das disputas pelo controle e uso da terra, envolvendo pequenos agricultores, comunidades tradicionais, povos indígenas e grandes proprietários rurais.



Esses conflitos abrangem milhares de hectares e resultam em violência, ameaças e injustiças sociais. Essas disputas são influenciadas por fatores históricos, econômicos e culturais, demonstrando que não se trata apenas de interesses econômicos, mas também questões relacionadas à identidade, resistência e direitos humanos.

A região da Amacro apresenta números crescentes de conflitos agrários, devido à disputa por terras, ocupação desordenada, ausência de regularização fundiária e permissividade do Estado. Esses conflitos afetam a segurança jurídico-territorial dos povos amazônicos, a qualidade de vida, a territorialidade de quem vive da terra de trabalho e de vida.

Referências

CHAGAS, A. M. O velho e o novo na fronteira da destruição da Amazônia: a Amacro. In: **Conflitos no Campo Brasil 2024**. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Goiânia, GO: Comissão Pastoral da Terra, 2025.

COSTA SILVA, R. G. Agribanditry and the Expansion of the Agricultural Frontier in the Southwestern Amazon (Brazil). **Global Journal of Human-Social Science**, v. 24, p. 1-8, 202.

MAPBIOMAS. Projeto MapBiomass. **Mapeamento Anual de Cobertura e Uso da Terra no Brasil**. Bioma Amazônia (1985/2023). Coleção 9, publicado em 01/10/2024.



MARTINS, Stefanny Leão *et al.* Desmatamento na AMACRO: Estudo Comparativo de 2019 a 2023. In: **ANAIS DO XXI SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO**, 2025, Salvador. Anais eletrônicos..., Galoá, 2025.

SUDAM. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. **Zona de desenvolvimento sustentável dos Estados do Amazonas, Acre e Rondônia 2021-2027: documento referencial**. Belém: SUDAM, 2021.

SVAMPA, M. **As fronteiras do neoeextrativismo na América Latina**: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

VIDAL, B.S.; OLIVEIRANETO, T. Desmatamento e as frentes pioneiras na região da Amacro. **Revista Presença Geográfica**, Porto Velho, v. 10, n. 1, Esp., p. 30–43, 2023.